

E agora, o que Será?

HOLTZ, Abel. "E agora, o que Será?". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 18 de junho de 2018.

No último encontro público do setor elétrico, aliás, o mais importante de todos, os principais agentes e atores se fizeram presentes. Alguns aspectos discutidos na oportunidade poderiam ser denotados pelo engavetamento da MP/814, editada em 2017, e o descuido por parte das autoridades em dar curso ao indicado na CP33, após terem sido discutidos, arduamente, por todos os agentes, a reformulação do marco que atualizaria à realidade de nossos dias, o modelo regulatório e comercial do setor.

Uma das apresentações feitas colocou de forma bastante clara e objetiva aspectos a considerar, ao indicar razões pelas quais tais atrasos vieram a ocorrer, todas embalsamadas no momento político que vivemos e na dúvida do que virá ocorrer nos próximos momentos. Outro ponto estressado, pela presidente de uma das associações, alertava ao cuidado que deveria ser tido para evitar a canibalização entre as fontes que compõem a nossa matriz de geração, sobretudo as renováveis.

Vale registrar que continuamos com os pontos de transformação já identificados, há algum tempo, os mais que urgentes para dar fluidez ao setor e motivar novos investimentos. Estes seriam basicamente: o equacionamento do GSF (risco hidrológico); os aprimoramentos do MRE (concebido quando praticamente só existiam hidrelétricas e estatais); aprimoramentos da metodologia de cálculo do preço (o PLD); e, a solução para a inadimplência no mercado de energia (na CCEE).

Apesar do esforço de alguns dos palestrantes em avaliar os temas que afetam ao setor continuamos a perceber um grau de individualismo dos agentes do setor ainda a ser superado. Além disso, há uma concentração muito grande e em larga medida, natural, no que tange a comercialização da energia, por ser ao final, o consumidor aquele que paga, e, por consequência, o viabilizador do negócio energia.

Neste aspecto os desejos mais expressivos se dariam com a materialização da: eliminação dos subsídios e a redução dos encargos que incidem sobre a energia elétrica. Outro estressado desejo seria a verificação da estabilidade regulatória e a segurança jurídica. Pontos que poderiam levar a um mercado 100% Livre de forma acelerada pela ampliação da geração distribuída e a portabilidade das conexões dos consumidores.

Em face do estabelecido no planejamento existente, a oferta de energia elétrica para o decênio 2017-2026 espelha as restrições para a expansão da hidroeletricidade; a consideração da expansão da geração distribuída que deverá impactar o consumo e o uso das redes das distribuidoras (impacto este, ainda não totalmente definido e as possíveis alternativas compensatórias); a ampliação da participação das térmicas a gás natural (sobretudo com a disponibilização do combustível pela exploração do Pré-Sal); a estruturação do atendimento à ponta; e, a resposta à demanda. Estas restrições exigirão mudanças mesmo gradativas do perfil da geração e do consumo atuais.

No concernente a operação do sistema haverá uma complexidade ainda maior que atual pelas extensas linhas de transmissão, pela não construção de hidrelétricas com

reservatórios de acumulação, e também, pelo critério de despacho de térmicas de alto custo e de limitada capacidade de geração, muitas das vezes despachadas quando os armazenamentos nas hidrelétricas já se encontram em níveis reduzidos. Também haveria de se considerar as dificuldades na operação do sistema decorrentes da agregação de fontes intermitentes, afetando os fluxos de transmissão entre os submercados.

Soma-se aos sobressaltos referidos à operação do sistema a forte variação hidrológica nas hidrelétricas na região Amazônica, apesar da boa complementariedade ao regime do Sudeste, as extensas linhas de transmissão decorrentes da localização da geração e os centros de carga, que seriam outros fatores a ser considerados quando do aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente.

Olhando o lado dos novos investimentos a contratação separada de Lastro e Energia como pretendida, significa uma complexa novação que impacta a financiabilidade da expansão e que também, terá que respeitar os compromissos de longo prazo, estabelecidos nos atuais contratos levando a uma necessidade inglória para administrar o sistema.

Neste aspecto de investimentos, também se encontra a conclusão de Angra 3 que apesar de fundamental para a segurança do sistema, pelo baixo custo operacional, exige entretanto, vultosos recursos para sua conclusão, recursos estes que o estado não poderá disponibilizar nos imbróglios atuais, o que nos leva a lembrar a necessidade da mudança da legislação atual para permitir a participação da iniciativa privada nos empreendimentos nucleares, inclusive aqueles seis projetados a construir.

Assim, em um momento de turbulência política, festas juninas, sobretudo no Nordeste, copa do mundo, uma distração assegurada para os problemas de toda natureza, início do momento eleitoral, que se projetará por governantes, prefeitos e deputados em todos os estados, 2/3 do Senado, Câmara Federal de Deputados e Presidência da República, logo, logo, com figuras já demarcadas, fica estabelecido um quadro insatisfatório e com programas de governo indefinidos, inexplicavelmente não explicitados pelos candidatos à presidência, levando a ser difícil saber o que será o que nos reserva o futuro bem próximo, inclusive os investimentos no setor elétrico brasileiro que permitiriam o atendimento à demanda futura considerando que ao final, a retomada da economia poderá se realizar exigindo um forte investimento em geração e transmissão.